

**CRÍTICA AO ETERNO FEMININO EM ANNE DE GREEN GABLES,
DE LUCY MAUD MONTGOMERY¹**

**CRITICAL TO THE FEMALE ETERNAL IN ANNE OF GREEN GABLES,
BY LUCY MAUD MONTGOMERY**

Mariana Passos RAMALHETE²

Samira da Costa STEN³

RESUMO: O livro *Anne de Green Gables*, de autoria de Lucy Maud Montgomery, cuja publicação original se deu em 1908, é considerado um clássico da literatura juvenil mundial, com traduções para as mais diversas línguas e adaptações para o cinema. No Brasil, o primeiro lançamento foi em 1939, circunscrito em uma coleção de livros chamada *Biblioteca das moças*, que tinha como objetivo sedimentar os “bons costumes” e cristalizar uma visão frágil e reducionista da mulher, restrita apenas ao âmbito doméstico e/ou romantizado. Considerando, todavia, o caráter subversivo da protagonista Anne Shirley, essa produção literária destoa de muitos livros da coleção mencionada e direciona uma crítica perspicaz a uma sociedade marcadamente machista. Este trabalho, portanto, apresenta proposições quanto à quebra de expectativas de uma obra inserida em um contexto social, cujo primado estabelecia, e ainda estabelece, a manutenção e/ou constituição do comportamento da mulher vassalo aos dogmas patriarcais. Para tanto, o diálogo será erigido a partir das reflexões de Simone de Beauvoir em *O segundo sexo: fatos e mitos* (1970), especificamente na diatribe ao eterno feminino, a fim de se ponderar sobre uma obra literária que vai de encontro ao confinamento de mulheres à lógica da inferiorização.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura Juvenil. Leitura Literária. Eterno feminino.

ABSTRACT: The book *Anne of Green Gables*, authored by the Lucy Maud Montgomery, whose original publication was given in 1908, is considered a classic of world youth literature, with translations for the most diverse languages and adaptations for the cinema. In Brazil, the first release was in 1939, circumscribed in a collection of books called the *Girls' Library*, which aimed to seduce “good customs” and crystallize a fragile and reductionist view of women, restricted only to domestic and / or romanticized site. Considering, however, the subversive character of the protagonist Anne Shirley, this literary production differs from many books of the mentioned collection and directs an insightful critique of a strongly macho society. This paper, therefore,

1. Parte deste trabalho foi apresentado na XIX edição do Congresso de Estudos Literários da Ufes, em Vitória, realizado nos dias 20 e 21 de novembro de 2017, cuja temática contemplada foi “Literatura e Artes, Teoria e Crítica feitas por Mulheres”.

2. Professora de Língua Portuguesa do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) e Doutoranda em Educação vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). E-mail: marianaramalhete@yahoo.com.br.

3. Pedagoga da Prefeitura Municipal de Serra/ES (PMS) e Doutoranda em Educação vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). E-mail: samira.sten@hotmail.com.

presents propositions regarding the breaking of expectations of a work inserted in a social context, whose primacy established, and still establishes, the maintenance and / or constitution of the woman's behavior vassal to patriarchal dogmas. In order to do so, the dialogue will be based on the reflections of Simone de Beauvoir in *The second sex: facts and myths* (1970), specifically in the diatribe to the feminine eternal, in order to consider a literary work that goes against the confinement of women to the logic of inferiorization.

KEYWORDS: Youth Literature. Literary Reading. Eternal Feminine.

Considerações Iniciais

O livro *Anne de Green Gables*, de autoria da escritora canadense Lucy Maud Montgomery, cuja publicação original se deu em 1908, é considerado um clássico da literatura juvenil mundial. Pouco conhecida em solo brasileiro, essa obra literária teve traduções para as mais diversas línguas, inspirou a criação de várias outras produções, tais como espetáculos teatrais, animações, filmes e séries televisivas. Mais recentemente (2017), houve a inclusão de seu enredo adaptado para uma série exibida em uma provedora global de filmes e séries de televisão, cuja qualidade da abordagem contribuiu para maior visibilidade da obra.

No Brasil, o primeiro lançamento do livro foi em 1939, circunscrito em uma coleção de livros chamada *Biblioteca das moças*, que tinha como objetivo sedimentar os “bons costumes” e cristalizar uma visão frágil e reducionista da mulher, restrita apenas ao âmbito doméstico e/ou romantizado. Considerando, todavia, o caráter subversivo da protagonista Anne Shirley, essa produção literária destoa de muitos livros da coleção mencionada e direciona uma crítica perspicaz a uma sociedade machista e falocêntrica.

Pautadas em uma abordagem qualitativa, com procedimento bibliográfico-documental, objetivamos, a partir da exposição de fragmentos do livro supracitado, discutir as proposições quanto à quebra de expectativas de uma obra inserida em um contexto social, cujo primado estabelecia, e ainda estabelece, a manutenção e/ou constituição do comportamento da mulher vassalo aos dogmas patriarcais.

Para tanto, o diálogo será erigido a partir das reflexões de Simone de Beauvoir em *O segundo sexo: fatos e mitos* (1970), especificamente na diatribe ao *eterno feminino*, a fim de se ponderar sobre uma obra literária que vai de encontro ao confinamento de mulheres à lógica da inferiorização.

Anne de Green Gables: leitura e subversão

O livro que narra a história da protagonista Anne Shirley começa com um evento inusitado. As personagens Marilla e Matthew são irmãos que vivem juntos na fazenda, em um lugar chamado Green Gables. Solteiros e sem filhos, sentem as marcas oriundas do tempo e do trabalho excessivo que a bela propriedade rural exige. Após um acordo, eles resolvem adotar um menino para o auxílio nas atividades laborais dessa fazenda. Uma vizinha, que se dirige ao orfanato, encarrega-se de realizar os trâmites para a adoção. Dias depois, Matthew busca o menino na estação de trem. No local, ao contrário, encontra, surpreendentemente, Anne. Ele, sem saber o que fazer para resolver o imbróglio, tendo em vista a felicidade avassaladora da menina ao vê-lo, decide levá-la para casa. Mesmo com uma inicial e veemente hesitação de Marilla em adotar uma menina, os irmãos se rendem aos encantos de uma garota inteligentíssima, tagarela, ruiva e com sardas, características físicas exploradas inclusive na capa de duas edições do livro, conforme se observa a seguir.

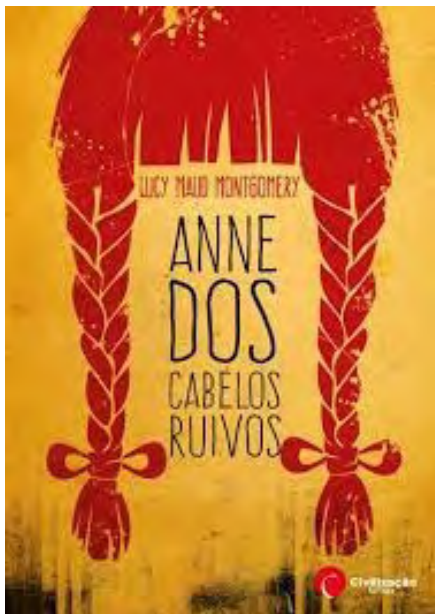


Figura 1 - Imagem de uma das edições brasileiras de Anne de Green Gables.
Fonte: www.skoob.com.br.



Figura 2 - Imagem da edição portuguesa de Anne de Green Gables. Nessa edição, o título foi alterado.
Fonte: www.skoob.com.br.

O enredo contempla a desconfiança inicial de todos à volta de Anne, as peripécias e a notoriedade da menina na escola, os pequenos e engraçados enganos cometidos nos afazeres domésticos, a amizade nutrida por Diana, a tagarelice, o amor pela leitura, a capacidade de apreciação das singelezas e delicadezas do dia a dia e a sinceridade que, por vezes, a prejudica em determinadas situações.

Além disso, mostra-se quão nociva é a imposição de padrões de beleza, pois, ao desejar ser bonita conforme os moldes estéticos da época, Anne é alvo daquilo que Simone de Beauvoir, anos mais tarde, nomeou como *eterno feminino*, conceito brevemente discutido nos parágrafos a seguir.

A filósofa não utiliza eufemismos. Segundo a pesquisadora, ao longo da história, os que se voltaram contra seus algozes receberam seus despojos ao vencer as lutas; a mulher, porém, nada conquistou: o que recebeu foi sempre lhe dado pelo homem. Essa condição de vassalagem constitui-se mote da obra *O segundo sexo*. Segundo a autora, ao contrário dos negros, judeus ou proletários, a mulher foi impedida de voltar-se contra seu opressor, pois os laços que os unem não se comparam a nenhum outro, e não sem efeito a submissão da mulher se perpetuou a instaurar uma lógica do eterno feminino (BEAUVOIR, 1970).

Para Beauvoir (1970), a suserania do homem lhe outorga prestígios sociais e econômicos que a mulher nunca desfrutou e, quando os alcança, são sempre tributários do homem, o qual lhe cobre de elogios, acorrentando-a às eternas manifestações de sua feminilidade, sob a promissória de ser mulher. Essa dualidade entre homem e mulher é reflexo de uma alteridade social. Esse outro é o estrangeiro, o estranho, aquele que não somos, que por extensão mais afasta que aproxima. Essa distância, por conseguinte, marca as relações de diferença entre os sexos.

A condição de subordinação da mulher e a supremacia do homem foi construída sob alicerces discursivos que, promulgados pelas vozes de filósofos, escritores, sábios e legisladores, demonstraram “[...] que a condição subordinada da mulher era desejada no céu e proveitosa à terra” (BEAUVOIR, 1970, p. 17). A “imbecilidade e a fragilidade” desse sexo foram invocadas por códigos romanos, a fim de proteger direitos masculinos, pois toda estrutura social ao longo da história se organizou para promover e estabelecer a mulher como o “outro”, incapaz de se defender, de se proteger, de pensar ou mesmo ter voz; impondo sobre ela contínua vigilância e liderança de seu suserano: o homem.

Essa arbitrariedade imposta à mulher começou a ruir a partir do século XVIII, quando “[...] Diderot, entre outros, esforça-se para demonstrar que a mulher é, como o homem, um ser humano” (BEAUVOIR, 1970, p. 18) e foi somente no século XIX, consoante a autora, que se instauraram reivindicações femininas mais robustas quanto à melhoria de suas condições de trabalho. Todavia, sua emancipação ou libertação constitui-se ameaça à burguesia, vistos possíveis abalos à estabilidade da propriedade privada. Por isso, é inegociável e perspicaz a necessidade de manter a mulher como a provedora dentro da família burguesa. Perpetuam-se o subjugo e a submissão; perpetua-se, assim, o *eterno feminino*.

Essa relação de correspondência entre a mulher e as expectativas produzidas pelos discursos masculinos absorvem-na socialmente, dissolvendo toda a possibilidade de superação de sua condição de vassala, impondo-lhe um estado fictício de dependência emocional, social e econômica do homem. Beauvoir (1970) define, então, o *eterno feminino* como a obrigação da mulher ser “realmente uma mulher”, isto é, “[...] frívola, pueril, irresponsável, submetida ao homem” (1970, p. 19). Tais aspectos exigem da mulher uma conduta social idêntica, cujo fim único seja a manutenção da ordem estabelecida por seu colonizador e opressor.

Manter essa estrutura tão dissolvente, que inferioriza a mulher e perpetua uma lógica de sua incapacidade, conserva, também, intactos os ideais da burguesia conservadora, a qual reconhece na liberdade da mulher a dissolução da propagação de seus interesses. Entretanto, a autora indica um caminho para fugir das querelas que insistem em manter ambiguidades entre igualdade, superioridade ou inferioridade, já que defende que “[...] precisamos recusar as noções vagas de superioridade, inferioridade, igualdade que desvirtuam nossas discussões e reiniciar do começo” (BEAUVOIR, 1970, p. 22).

Essa escritora existencialista não encerra sua obra nas questões de felicidade da mulher, mas nas armadilhas discursivas que as abarrotam de obrigações, afazeres e aspectos supérfluos que asseguram a permanência de um modo de ser feminino, pois:

[...] o projeto do homem não é repetir-se no tempo, é reinar sobre o instante e construir o futuro. Foi a atividade do macho que, criando valores, constituiu a existência, ela própria com valor: venceu as forças confusas da vida, escravizou a Natureza e a Mulher. (BEAUVOIR, 1970, p. 82).

O engendramento de aspectos históricos, sociais, econômicos e biológicos encerraram a mulher em uma condição de oprimida, escravizada, vassala e tutelada do homem. E contra ela pesou a força opressiva de um sistema patriarcal e senhoril, o que diminuiu sua capacidade de superação da condição de colonizada, visto que, “[...] a sociedade sempre foi masculina; o poder político sempre esteve nas mãos dos homens” (BEAUVOIR, 1970, p. 90):

Assim, à existência dispersa, contingente e múltipla das mulheres, o pensamento mítico, opõe-se o Eterno Feminino único e cristalizado; se a definição que se dá desse Eterno Feminino é contrariada pelas mulheres de carne e osso, estas é que são erradas. Declara-se que as mulheres que não são femininas e não que a Feminilidade é uma entidade. (BEAUVOIR, 1970, p. 297).

Ao se instaurar o discurso do eterno feminino pelas representações de musa, virgem, prostituta, deusa, mãe, bela, fêmea viril, moça casta, sogra, madrasta má, entre outras, fortificaram-se os grilhões da mulher, todavia “[...] nenhuma essência define de uma vez por todas a mulher; a ideia de um ‘eterno feminino’ parece pedante e ridículo” (BEAUVOIR, 1970, p. 283).

As reflexões de Beauvoir (1970) foram publicadas originalmente em 1949, mais de quatro décadas após a publicação do livro *Anne de Green Gables* (1908). No entanto, a obra de Montgomery (2009), na voz de Anne, parece antecipar o quão “pedante e ridículo”, opressor, injusto e algoz são os grilhões do eterno feminino. Tal aspecto pode ser comprovado em alguns exemplos dispostos nos excertos comentados a seguir.

Sabemos que a Igreja contribuiu muitíssimo para a perpetuação da mulher no estereótipo da fragilidade e da submissão. No fragmento adiante, a oração de Anne parece tomar outro viés:

Misericordioso Pai celestial. A Vós agradeço pela Vereda Branca do Deleite, o Lago de Águas Cintilantes, Bonny e a Rainha da Neve. Por eles, sou extremamente grata. E essas são todas as bênçãos de que consigo me lembrar agora e pelas quais tenho a agradecer. Quanto às coisas que desejo, são tantas que levaria muito tempo para enumerar todas elas, por isso só mencionarei as duas mais importantes. Por favor, permita que eu fique em Green Gables e, por favor, que eu seja bonita quando crescer.
Atenciosamente, ANNE SHIRLEY. (MONTGOMERY, 2009, p. 42).

Zolin (2009, p. 224) destaca que “[...] não existe absolutamente uma essência feminina, responsável pela marginalidade da mulher; existe apenas o que ela [Beauvoir] chama de situação da mulher [...]”. Contra esta ideologia, que enrijece o eterno feminino, destacamos a contribuição da literatura ao romper com estes tendenciosos discursos de superioridade do homem ante a mulher, os quais são aprofundados ora pela ciência, ora por valores impelidos pela religião (ZOLIN, 2009). Assim, mesmo que haja uma tentativa de adequar a protagonista à **lógica** da docilidade e da subserviência, ou seja, à **doutrinação cristã imposta por Marilla** e pela comunidade local de Avonlea, há certo tom de ironia no tratamento dado ao “Pai celestial”, como se este fosse apenas um destinatário de uma carta corriqueira.

O embate de Anne com a Sra. Rachel, uma vizinha fofoqueira e indiscreta, é outro aspecto que merece menção. Após depreciar cruelmente as características físicas de Anne, a confirmar que “O ideal da beleza feminina é variável; mas certas exigências permanecem constantes” (BEAUVOIR, 1970, p. 199), a senhora recebeu como resposta uma atitude inesperada:

Anne “foi lá”, mas não exatamente como a sra. Rachel esperava. De um salto, ela atravessou a cozinha e colocou-se diante da sra. Rachel, com o rosto rubro de raiva, os lábios trêmulos e todo o seu corpo esguiou a tremer dos pés à cabeça.

– Odeio você – ela gritou, com voz abafada, batendo o pé no assoalho. – Odeio, odeio, odeio você – e uma batida mais forte acompanhou cada declaração de aversão.

– Como ousa dizer que sou magra e feia? Como ousa dizer que sou ruiva e sardenta? Você é uma mulher rude, mal-educada e insensível!

– Anne! – exclamou Marilla, consternada.

Anne, porém, continuou a encarar a sra. Rachel impavidamente, de cabeça erguida, olhos flamejantes e punhos cerrados, exalando nuvens de indignação. (MONTGOMERY, 2009, p. 50).

Os padrões de beleza até hoje são erigidos pelo critério da exclusão. Culturalmente, privilegiam-se os olhares e os ditames masculinos, uma vez que, nessa perspectiva, as mulheres devem ser vistas como acessórios, como meros adornos, que ficam mais apresentáveis quando se encaixam em certos arquétipos. As críticas em relação às características físicas de Anne dão legitimidade a esses padrões, uma das nuances do *eterno feminino*, já denunciadas por Beauvoir (1970). No entanto, se por um lado a passagem demonstra a crueldade dessa imposição, por outro, reforça a autonomia, coragem de uma menina em sua autodefesa.

Outro exemplo que pode ser citado é o episódio de Gilbert Blythe, um garoto famoso na escola de Avonlea:

Gilbert Blythe não estava acostumado a fazer tanta força para uma menina olhar para ele, e tudo em vão. Ela tinha de olhar para ele, aquela tal de Anne, de cabelos ruivos, queixinho afilado e olhos grandes, incomparáveis aos de qualquer outra menina da escola de Avonlea. Gilbert atravessou o corredor, segurou a ponta da trança ruiva e comprida de Anne, esticou o braço e disse, num sussurro agudo:

– Cenoura! Cenoura!

Anne o encarou com a vingança nos olhos. Fez mais do que encarar. Ficou de pé num salto, com sua esplêndida fantasia irremediavelmente arruinada. Lançou um olhar indignado para Gilbert, mas a faísca de raiva em seus olhos foi logo extinta por lágrimas igualmente raivosas.

– Seu malvado, seu abominável! – exclamou, irascível.

– Como se atreve?

E então... Pá! Anne deu com sua lousa na cabeça de Gilbert e a rachou – a lousa, não a cabeça – de cima a baixo. (MONTGOMERY, 2009, p. 80).

Evidenciamos uma protagonista humana: com temperamento forte, longe da perfeição das princesas dos contos de fadas. A reação de Anne pode, à primeira vista, soar como um ato de impaciência e de descontrole. No entanto, optamos por “analisá-la” como mais um exemplo das consequências das pequenas vilezas tão recorrentes nas escolas, como uma demonstração de autodefesa, de recusa ao estereótipo de fragilidade. Além disso, como evidenciado no fragmento, o menino Gilbert estava muito acostumado a ser o centro das atenções, tanto pela beleza como pela inteligência. Ser ignorado por Anne foi uma afronta e, assim, ele optou por um ato ofensivo, a fim de requerer a atenção – típica atitude machista. Em outras palavras, quando Gilbert se sentiu ameaçado, só restou, ofuscado e empalidecido, ultrajar a protagonista. Nesse sentido, Beauvoir afirma que:

Para todos os que sofrem de complexo de inferioridade, há nisso um linimento milagroso: ninguém é mais arrogante em relação às mulheres, mais agressivo ou desdenhoso do que o homem que duvida de sua virilidade. Os que não se intimidam com seu semelhante mostram-se também muito mais dispostos a reconhecer na mulher um semelhante. (BEAUVOIR, 1979, p. 19).

Ao supor que sua virilidade possa estar ameaçada ante a uma mulher inteligente, o homem que não a vê como semelhante reage agressivamente contra ela, exatamente como Gilbert. Nessa dimensão de reconhecimento do semelhante e inferioridade atribuída à mulher, Beauvoir (1979, p. 19), ao refletir sobre o *ser*, lembra que não se deve tomá-lo em sentido substancial, mas em sentido dinâmico, hegeliano, pois “[...] *ser* é ter se tornado, é ter sido feito, tal qual se manifesta”. A filósofa afirma, ainda, que, “[...] as mulheres, em seu conjunto são inferiores aos homens, isto é, sua situação oferece-lhes possibilidades menores: o problema consiste em saber se este estado de coisas deve perpetuar-se” (BEAUVOIR, 1979, p. 19). Logo, contra essa lógica de perpetuação do *status quo*, é que Anne Shirley, órfã e menina, luta não só contra manifestações sociais arbitrarias, mas, sobretudo, contra os limites socialmente construídos e impostos a ela.

Sobre a questão da importância da leitura na vida de Anne, tanto para o repertório lexical da menina, como para sua fértil imaginação e maneira poética de enxergar a vida, a passagem do livro *Ben Hur* é um exemplo que merece atenção:

Eu quis contar para você, Marilla, pode acreditar, mas esqueci. Ontem de tarde, a srta. Stacy me pegou lendo *Ben Hur* na escola, quando eu devia estar estudando minha história do Canadá. Foi Jane Andrews quem me emprestou o livro. Eu o estava lendo na hora do almoço, e estava justamente no pedaço da corrida de bi-

gas quando os alunos voltaram para a sala de aula. Teria sido uma loucura ficar sem saber como a corrida terminou – mesmo se eu tivesse certeza de que Ben Hur ganharia, porque não seria uma justiça poética se não ganhasse –, então abri o livro de História em cima da tampa da carteira e enfiar Ben Hur entre a carteira e meus joelhos. Parecia que eu estava estudando a história do Canadá, sabe, enquanto eu estava me deleitando com Ben Hur o tempo todo. Eu estava tão interessada no livro que nem percebi quando a srta. Stacy se aproximou entre as carteiras até que, de repente, levantei os olhos e lá estava ela olhando para mim, de um modo tão repreensivo. Você não imagina como fiquei envergonhada, Marilla, principalmente quando ouvi as risadinhas de Josie Pye. A srta. Stacy não disse uma única palavra, mas levou Ben Hur com ela. Durante o recreio, ela ficou na sala e conversou comigo. Ela disse que eu havia errado em dois aspectos: primeiro, que eu estava usando um tempo que deveria ser gasto com meus estudos; segundo, que eu estava enganando a minha professora quando fingia que estava lendo o livro de História enquanto, na verdade, lia um romance. (MONTGOMERY, 2009, p. 164).

Não podemos deixar de mencionar a contemplação da questão das regras escolares como algo jocoso e alvo de críticas, ou seja, para Anne ler um romance na escola, precisou tê-lo feito furtivamente. No entanto, para além do que é claramente visível e risível, enfatizamos a intimidade de Anne com a literatura. Uma evidência de que, para a contestação de tantas nuances do *eterno feminino*, que subjuga mulheres mundo afora, a perspicácia e a inteligência são fatores muito mais importantes que a aparência física.

Por fim, trazemos à baila também o Clube de Histórias.

E foi assim que o Clube de Histórias nasceu. No início, limitou-se a Diana e Anne, mas logo foi ampliado para incluir Jane Andrews e Ruby Gillis, e mais uma ou duas outras meninas que sentiam que sua imaginação necessitava de cultivo. Nenhum menino foi admitido no Clube – apesar de Ruby Gillis opinar que a admissão de meninos o tornaria mais excitante –, e cada membro tinha de produzir uma história por semana.

– É extremamente interessante – contou Anne para Marilla. – Cada menina lê sua história em voz alta, e depois a discutimos. [...] Cada uma escreve sob um pseudônimo. Mine é Rosamond Montmorency. Nós todas escrevemos muito bem. Ruby Gillis é um pouco sentimental. Ela coloca beijos e abraços demais nas suas histórias, e você sabe que demais é pior do que muito pouco. Jane nunca coloca beijos e abraços porque se sentiria ridícula demais quando tivesse de ler em voz alta. As histórias de Jane são extremamente sensatas. E Diana coloca assassinatos demais nas dela. Ela diz que

não sabe o que fazer com as pessoas a maior parte do tempo, então as mata para livrar-se delas. Geralmente preciso dizer o assunto sobre o qual terão de escrever, mas isso não é difícil porque eu tenho milhões de ideias...

– Eu acho que esse negócio de contar histórias é a maior tolice de todas até hoje – disse Marilla num tom de voz zombeteiro. – Vocês vão botar um monte de besteiras nas suas cabeças e ocupar um tempo que deveria ser usado para estudarem suas lições. Ler histórias já é ruim, mas escrevê-las é pior ainda. (MONTGOMERY, 2009, p. 144).

Consoante Lajolo (2000, p. 106), distintos imaginários, sensibilidades, valores e comportamentos que representam os desejos, os impasses e as utopias de uma sociedade estão presentes na literatura: “[...] o cidadão, para exercer plenamente sua cidadania, precisa apossar-se da linguagem literária, alfabetizar-se nela, tornar-se seu usuário competente. Mesmo que nunca vá escrever um livro, ele precisará ler muitos”.

A voz repressora e sarcástica de Marilla coaduna com uma versão amplamente difundida de que a leitura literária é uma tolice, é algo perigoso e que leitores são pessoas absortas em seu próprio mundo, que são viajantes. No entanto, mais uma vez ressaltamos a notabilidade da obra ao fazer inúmeras menções à importância da leitura literária. O *Clube de histórias* fundado por Anne, fora dos cerceamentos do contexto escolar, é ousado, uma vez que proíbe a entrada de meninos e subverte a normatividade da supremacia adulta na criação literária. Trata-se de um clube que demonstra a criatividade, a inventividade e o poder questionador de meninas fomentado pela leitura. Questionador de preceitos, normas e de verdades tão engenhosamente pré-estabelecidas.

Conforme Chatagnier (*apud* Cabral e Díaz, 2014, p. 19) “[...] as meninas devem ser mais fracas, passivas e dependentes, pois desde pequenas são mantidas em casa, presas àquilo que é doméstico, ao passo que os meninos se aventuram no ambiente externo”. No entanto, Anne Shirley, conforme pode ser observado, não se mostra disposta a fazer concessões a certas regras. O livro de Lucy Maud Montgomery, ao atribuir à figura intrépida da personagem Anne uma conduta não condescendente, em um contexto ainda marcadamente patriarcal, desnuda discursos machistas e falocêntricos, que insistem impor à mulher um comportamento subserviente.

Diante dos breves exemplos circunscritos neste trabalho (crítica à Igreja, às normatividades estéticas, à voz inferiorizante masculina e aos dogmas escolares, e, além disso, o reconhecimento da importância da leitura literária), ratificamos que a obra *Anne de Green Gables* destoa de um contexto social atrelado aos ditames

falocêntricos e patriarcais. Nessa direção, Lucy Maud Montgomery, por meio de sua estética literária, estimula mudanças ao desvelar convenções e mentalidades arraigadas na sociedade. Sua obra se opõe à perpetuação do *eterno feminino*, porque, decididamente, lança luz a comportamentos que negam o instituído e, por conseguinte, fortalecem as conquistas históricas das mulheres do início do século XX.

A realidade impregna à mulher obrigações alicerçadas sob a égide da permanência de um modo de ser feminino. E Beauvoir, astutamente, afirma que a “[...] humanidade não é uma espécie animal: é uma realidade histórica” (BEAUVOIR, 1970, p. 72). Se a realidade é histórica, com Anne Shirley, vemos que a subversão é possível.

Considerações Finais

A partir do diálogo com Beauvoir (1970), afirmamos a conveniência da conservação do mito do eterno feminino ao longo do tempo. Afinal, esse mito se sustentou ao lado das ambições masculinas, visando a empalidecer quaisquer possibilidades de se revelar genialidade, força e inteligência da mulher, a fim de privá-la do alcance da autonomia e da liberdade. Nessa perspectiva, Parry (2009, p. 213) observa que, “Ironicamente, e apesar da enorme popularidade de todos os seus livros, depois da década de 1920, L. M. Montgomery foi ignorada pelos críticos e somente foi reconhecida como uma escritora canadense importante após 1970”. Parry (2009) ainda acrescenta que esse reconhecimento tardio se deu pela curiosidade em saber quais eram os motivos que fomentavam a empatia dos leitores pelas personagens criadas por Montgomery. Questionava-se, assim, o porquê de certas personagens serem tão queridas e, ao mesmo tempo, deixadas ao limbo durante décadas pela crítica especializada. O silenciamento direcionado à produção de Lucy Montgomery, portanto, é mais um exemplo do (voraz) alcance do eterno feminino.

A liberdade da mulher se dará à medida que esse mito for negado, isto é, só se “[...] negando a mulher se pode ajudar as mulheres a se considerarem seres humanos” (BEAUVOIR, 1970, p. 244). Nesse sentido, ao se verificar as características de Anne Shirley, uma personagem que adota uma perspectiva muito crítica e sincera em relação ao mundo que a cerca, podemos ver a tentativa da autora, mesmo que o conceito ainda não tenha sido formulado, de negar a mulher nos moldes reducionistas e sufocantes do *eterno feminino*.

Essa característica peculiar de Anne, sobretudo propiciada pelas leituras de literatura, permite que a protagonista seja desvencilhada dos parâmetros con-

vencionais das literaturas infantil e juvenil da época. O livro *Anne de Green Gables*, escrito há mais de 100 anos, situou-se clara e veementemente na contramão das ideias machistas tão dominantes no início do século XX (e até hoje).

No Brasil, durante muito tempo, as obras direcionadas às crianças e adolescentes resguardaram um caráter moralizador e pedagogizante. O livro analisado, porém, mostra outra vertente. Ainda que inicialmente circunscrito na coleção *Biblioteca das moças*, contraria, subverte, desacata. Contesta, inclusive, as levianas exigências de um mundo patriarcal, adultocêntrico, que silencia crianças e, muitas vezes, reduz a mulher ao mundo do consumo e dos afazeres domésticos. Ao ser reprimida e questionada por sua ousadia e persistência nos estudos, Anne Shirley retruca: “Eu vou florescer” (MONTGOMERY, 2009, p. 465). A personagem mostra, com irreverência, sardas, magreza e cabelos ruivos, na contramão da realidade criticada por Beauvoir (1970), a possibilidade de insubordinação também por meio da leitura: floresçamos também nós.

Referências

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. 309 p. Tradução De Sérgio Milliet.

CHATAGNIER, J. C. *O gênero em questão: crítica e formação nos Bildungsromane The secret Life of Bees*, de Sue Monk Kidd e Sapato de salto, de Lygia Bojunga. São José do Rio Preto: 2014, 186f. Dissertação (Mestrado em Teoria da Literatura) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 2014, p. 10-72.

LAJOLO, Marisa. *Do mundo da leitura para a leitura de mundo*. 6. ed. São Paulo: Ática, 2000. 112 p.

MONTGOMERY, Lucy Maud. *Anne de Green Gables*. São Paulo: Martins Fontes, 2009. 480 p. Tradução de Maria do Carmo Zanini, Renée Eve Levié. (EDIÇÃO BRASILEIRA).

_____. *Anne dos cabelos ruivos*. Porto: Civilização Editora, 2014. 368 p. Tradução de Olin-da Gomes Fernandes. Coleção Vício dos Livros. (EDIÇÃO PORTUGUESA).

PARRY, Caroline. *Lucy Maud Montgomery / Caroline Parry*. In: MONTGOMERY, Lucy Maud. *Anne de Green Gables*. São Paulo: Martins Fontes, 2009. p. 210-213.